

# FRAMES SOBRE A ESCRAVIDÃO AFRICANA: ANÁLISE DO TRATADO BAKT DE 651 A PARTIR DA HISTÓRIA E IMAGEM

## FRAGMENTS ON AFRICAN SLAVERY: ANALYSIS OF THE 651 BAKT TREATY FROM HISTORY AND IMAGE

Paulo Gabriel do Nascimento Rodrigues

Cláudia Pinheiro Nascimento

### RESUMO

A escravidão na África ainda detém lacunas a serem preenchidas. Muitos acreditam que o processo de escravidão só começou com a colonização europeia no continente. Contudo, o que ainda poucos tem conhecimento é de que outros povos haviam institucionalizado essa terrível prática em solo africano. O vigente artigo visará abordar o comércio de escravos dentre as principais civilizações antigas, dando destaque para o mercado árabe muçulmano de escravos negros africanos em função do tratado de paz Bakt de 651 no reino da Núbia no medievo africano. O trabalho se respaldará nos conceitos de História Cultural, História e Imagem, bem como os fundamentos curriculares presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Foram inseridas algumas imagens julgadas de relevância com o tema, que foram analisadas através da metodologia da iconografia. Através desse trabalho, foi possível ver que o comércio transaariano foi de extrema importância para a sustentação da economia dos povos do Norte e Leste da África. O assunto tem a sua relevância, por ser um assunto ainda pouco abordado em sala de aula e que possibilita os estudantes conhecerem mais sobre a escravidão árabe-muçulmana. Por fim, o artigo concluirá trazendo uma proposta pedagógica com o intuito de inserir alunos do 1º ano do Ensino Médio na temática da escravidão árabe-muçulmana na África.

**Palavras-Chave:** Escravidão. Escravidão árabe-muçulmana. Bakt; Ensino Médio. História e Imagem.

### ABSTRACT

*Slavery in Africa still holds gaps to be filled. Many believe that the process of slavery only began with European colonization on the continent. However, what few are still aware of is that other peoples had institutionalized this terrible practice on African soil. The current article will aim to address the slave trade among the main ancient civilizations, highlighting the Muslim Arab market of black African slaves due to the Bakt peace treaty of 651 in the Kingdom of Núbia in The African Media. The work will be based on the concepts of Cultural History, History and Image, as well as the curricular foundations present in the National Common Curriculum Base (BNCC) and the National Curriculum Parameters (PCN). Some images judged relevant with the theme were inserted, which were analyzed through the iconography methodology. Through this work, it was possible to see that the Trans-Saharan trade was extremely important for sustaining the economy of the peoples of North and East Africa. The*

*subject has its relevance, because it is a subject still little addressed in the classroom and that allows students to know more about Arab-Muslim slavery. Finally, the article will conclude by bringing a pedagogical proposal with the aim of inserting 1st year high school students in the theme of Arab-Muslim slavery in Africa.*

**Keywords:** Slavery. Arab-Muslim slavery. Bakt. High School. History and Image.

## **Introdução**

Desde o século XX os estudos sobre a escravidão perpetuam as pesquisas científicas, de modo que inúmeros autores se empenham cada vez mais em responder as perguntas que ainda existem sobre essa temática. O presente artigo tem por finalidade entender o comércio de escravos negros africanos no reino da Núbia (Dongola) a partir análise do tratado de paz Bakt de 651 d.C, utilizando da metodologia de História e Imagem no intuito de propor a sua aplicação no ensino de História para o 1º do Ensino Médio.

Será abordado o tratado árabo-muçulmano BAKT, de 651, através de uma análise de História e Imagem das pinturas, papiros retratações. Para isso, terá como posicionamentos teóricos: Escravidão árabe-muçulmana, tratado BAKT, História e Imagem; Iconografia e Iconologia; História Cultural e Ensino de História na BNCC.

Dentro deste contexto o artigo busca responder a seguinte pergunta problema: De que forma o comércio de escravos negros africanos a partir do tratado árabe Bakt de 651 pode ser trabalhado no ensino de História? Visando alcançar o objetivo geral que é entender o comércio de escravos negros africanos a partir do tratado árabe Bakt de 651. Para isso o artigo contou com os seguintes objetivos específicos: 1) Apresentar a história do comércio de escravos negros africanos em Núbia a partir do tratado árabe Bakt de 651; 2) Verificar o ensino da escravidão africana no Brasil a partir da PCN e BNCC (1 ano do ensino médio); 3) O ensino da História a partir do uso de Imagens; 4) Proposta de Desenvolvimento didático pedagógica.

Deste feito, este artigo procura acrescentar para discussão sobre o tema proposto, tendo como foco apresentar uma proposta didática para trabalhar sobre o comércio de escravos negros africanos a partir do tratado árabe Bakt de 652 e a sua aplicação nas turmas do 1º ano do Ensino Médio.

A proposta didática será baseada na análise de imagens. Para desenvolver esta proposta didática analisaremos pinturas e gravuras sobre a escravidão árabe. Para desenvolver tal estudo utilizaremos o arcabouço teórico- metodológico sobre História e Imagem.

Este artigo utilizará da metodologia de iconografia para tratar das obras analisadas. Segundo Bittencourt (2005) a metodologia da iconografia se trata do registro da imagem e a representação através da imagem. Ao ser usada como fonte possibilita a compreensão de fatores históricos. Para Bittencourt a iconografia é atualmente percebida como um registro histórico, e dialogando com Burke ela compreende a iconografia como uma das fontes históricas mais ricas para se trabalhar, pois é com ela que é possível ter todos os dados explícitos da imagem.

Portanto, através da metodologia de iconografia o seguinte artigo irá abordar os significados explícitos das obras, bem como as suas características.

Por fim, este estudo que visa responder os objetivos apresentados está dividido da seguinte forma, uma introdução, os objetivos (sendo um deles com a proposta pedagógica) e as considerações finais.

## **1. História do comércio de escravos negros africanos em Núbia a partir do tratado árabe Bakt de 651**

Historicamente o conceito de escravidão foi se moldando ao longo dos anos, se tratando inicialmente de uma pena em que o guerreiro mais forte deveria sofrer quando o seu grupo perdesse um combate para outra etnia vizinha. Na medida que a escravidão fora se estruturando como uma instituição, a obtenção de cativos passou a ser um mercado gerador de grande fonte de renda para muitos reinos e Estados. Assim, inúmeros povos se concentrariam em uma única localidade para controlarem o comércio: a África.

Conforme expõe Nicolit (2015), “onde quer que a economia estivesse organizada para suprir o mercado internacional com matérias-primas e sempre que houvesse dificuldade para recrutar trabalho nativo, os africanos forneceram o trabalho necessário” (COSTA, 1999 apud NICOLIT, 2015, p.2).

Como é de conhecimento dentro da historiografia, os romanos foram os povos que mais escravizaram em pequeno período. Sendo formada por povos eslavos, africanos e até mesmo asiáticos estima-se que 30% da população do império romano era escrava. Contudo, tal como mostra Braudel (2016), diferente do que se pode pensar, a solidificação de um mercado de escravos, sobretudo na África, tal como é conhecido na atualidade tem os seus fundamentos não em relações europeias. O que nos abre a hipótese sobre o domínio árabe no continente ter influenciado os europeus a estabilizarem futuramente um comércio escravagista séculos mais tarde.

Para Silva (2011) o comércio transaariano se fomentou basicamente de vendas de produtos como sal, cobre, bijuterias de vidro, conchas, perfumes, artigos de luxo e de animais. Além desses produtos, era frequente a travessia de escravos através da rota atravessando o Saara com destino a territórios dominados por árabes-muçulmanos, como o Sudão e o Egito. Após o advento do Islã, os escravizados tinham por finalidade pertencer a haréns árabes ou compor exércitos no Norte da África. Assim, os escravos exerciam um papel crucial para o domínio muçulmano no território africano.

Para Roland Oliver, o tráfico transaariano de escravos é a chave da política no Medievo norte-africano e relembra, além do papel crucial cumprido pelas tropas negras dos aglábidas, na Tunísia, e de Alamad ibn Tulun, no Egito [...] os contingentes de escravos os ajudariam a conquistar boa parte do Magrebe e o Egito. (OLIVIER, apud SILVA, 2011, p. 269)

Em seu artigo sobre “escravidão árabe-muçulmana” o artigo de Costa (2009) como se deu o comércio árabe de escravos. Ao mostrar que os povos nativos de África já vivenciavam a experiência da escravidão antes da chegada dos Europeus ao continente, Costa (2009) questiona as teses que por muitas vezes circulam nas escolas sem o devido amparo acadêmico, de que ao entrarem na África os europeus introduziram o comércio de negros escravizados.

Ao converter meia África, o Islamismo contribuiu muito para estimular ainda mais a escravidão, pois praticou-a desde cedo: antes mesmo de Maomé, já no século VI, mercadores árabes frequentavam todos os portos da costa oriental da África, trocando cereais, carnes, e peixes secos com tribos bantus por escravos (SILVÉRIO, 2013 apud COSTA, 2009).

Já para Lovejoy (2000) ao analisar as origens dos escravos muçulmanos da Bahia, há uma relação entre a *jihad*<sup>1</sup> islâmica e a escravidão, visto que os povos que se permitiam serem escravizados no Islã, assim o faziam sobre a promessa de não cruzarem o oceano como escravos e uma possível futura liberdade que a *sharia*<sup>2</sup> poderia lhes oferecer.

Aparentemente a jihad teve por efeito a disseminação do câncer do cativo, com frequência vitimando pessoas que imaginavam que a submissão ao Islã poderia protegê-las da deportação para além-mar. (LOVEJOY, Paul E. p.12).

A escravidão árabe se caracteriza pelos diferentes usos dos escravizados, onde egípcios, núbios, sudaneses e demais povos escravizados eram divididos entre os que seriam usados como membros de uma guarda árabe e, aqueles que eram vendidos para sultões que os levavam para a Ásia através da rota transaariana para serem usados como escravos domésticos ou como trabalhadores de haréns (em especial as mulheres africanas). Para N'Diaye (2019) os árabes praticaram a escravatura na África do século VII ao XX, sendo que entre os séculos VII ao XVI somente eles traficavam escravos para fora do continente, deportando aproximadamente 10 milhões de africanos antes da entrada de europeus.

Segundo Martin Meredith “Desde o século IX, mamelucos tinham servido de reforço para exércitos de vários governantes islâmicos, vendidos por suas famílias e separados de sua terra natal, prestavam obediência total a seus senhores” (MEREDITH, 2017, p.177).

Já no artigo de El Hamel (2004), traduzido para o português por Figueiredo, sobre a escravidão em Marrocos o autor questiona sobre as formas de tratamento que os escravos recebiam por parte dos islâmicos, onde em muitos trabalhos prevalece a narrativa de que os islâmicos escravizavam de forma mais branda e gentil, o que está de ser o que realmente aconteceu, pois há inúmeros relatos que comprovam que o tratamento que os escravos recebiam eram dos mais variados, podendo haver mutilações do seu próprio corpo para que não reproduzissem entre si.

Há uma tendência entre os historiadores de afirmar que os países islâmicos adotaram uma escravidão benigna. Essa interpretação sustenta que tal atitude reduziu o potencial para a desigualdade econômica e a submissão política, assim como a marginalização social baseadas na cor de pele. Sustenta ainda que se preveniu a emergência na sociedade marroquina do preconceito fundado na raça. [...], tal compreensão da política e da prática

---

<sup>1</sup>Jihad: Guerra santa muçulmana. Disponível em: Dicionário Oxford Languages and Google;

<sup>2</sup> Sharia: Xariá, xária, sharia, shariah, shari'a ou syariah (em árabe: شريعة; romaniz.: sharī'ah, "legislação") é a estrutura do Estado baseada em princípios islâmicos. Ver: LOPEZ, Nei Braz e MACEDO, José Rivair, Dicionário de História da África: Séculos VII a XVI, Autêntica, São Paulo 2017.

da escravidão no Marrocos não tem compromisso com a história, e deriva de generalizações grosseiras deduzidas da leitura de textos legais islâmicos referentes ao *status* e à prática da escravidão. (HAMEL, 2004, p.11).

Ao traçar um comparativo dos escravos que eram comprados por europeus para irem a América, Azumah (2019) nota que, enquanto os escravos que foram levados para o Oeste foram capazes de se casar, se reproduzirem e terem a sua família sendo ainda possível encontrar grandes populações dos afro-americanos na América do Norte e no Caribe. No mundo islâmico se encontra muito pouco vestígios de negros descendentes de escravos. Uma das razões para isso é que os escravos negros do sexo masculino levados para o mundo islâmico foram castrados como eunucos, o que significa que eles não poderiam se reproduzir. O outro fator é que muitas das mulheres foram tomadas como concubinas pelos senhores de escravos, o que resultou na mistura das raças, mas que não foi absolvida pela sociedade, que enxergava que o escravo negro não deveria ser um cidadão, diferente do que ocorreu na América do Norte.

Após inúmeras fracassadas tentativas dos muçulmanos de conquistarem o reino núbio através da fronteira ao sul do Egito, o governante do Egito substituiu o líder militar por 'Abdullāh ibn Sa'd ibn Abī as-Sarḥ que conseguiu com êxito várias expedições ao seu inimigo. Fazendo com que o rei núbio Kalidurat pedisse um acordo de paz. Segundo Al-Khalidi (2021)

Como governador do Egito, e o substituiu por 'Abdullāh ibn Sa'd ibn Abī as-Sarḥ (d. 36-37/656). (18) 'Abdullāh, por sua vez, continuou esses esforços, e enviou uma série de expedições, até 31/651, quando ele pessoalmente liderou a maior e mais recente campanha contra núbia que chegou a Dongola, a capital Nūbiān, onde ele fez um cerco rigoroso e usou catapultas de arremesso de pedra. Nessas circunstâncias, a cidade começou a desmoronar, o que levou o rei Qalidurut a buscar a paz. (19) Os muçulmanos responderam positivamente e, portanto, al-Baqt (tratado) foi concluído. (AL-KHALIDI, Fatima Kassab, 2021, p.9)

O tratado *BAKT*<sup>3</sup> se constituiu em um tratado de paz entre o rei Kalidurat do reino da Núbia (reino da Antiga Dongola<sup>4</sup>/atual Makúria) e o chefe militar do Egito, Abdallah ibn Abi Sahr. De acordo com Lopes e Macedo (2017), as principais cláusulas do tratado estabeleciam um acordo de não agressão entre núbios e egípcios, entretanto proibindo a imigração de núbios para o Egito. Além disso, o tratado obrigava o pagamento anual de 360 escravos saudáveis de todos os sexos, com faixa etária acima da puberdade e abaixo da velhice, por parte da Núbia. Segundo o historiador árabe Hishām al-Buhayrī, em troca dos escravos o reino Núbio era ressarcido com produtos exportados do Egito. “Alī Khalīfa Humayd b. Hishām al-Buhayrī, reporta que, em troca destes escravos, os árabes forneciam especialmente aos núbios 1.300 ardab de trigo, 1.300 kanīr de vinho e determinadas

---

<sup>3</sup> *Podendo ser encontrado como BAHKT ou BAQT;*

<sup>4</sup> Consultar “Old Dongola” em LOPES, Nei e MACEDO, José Rivair, Dicionário de História da África: Séculos VII a XVI, 2017.

quantidades de tecidos em linho e outros tecidos” (AL-BUHAYRĪ apud Jakobielski, Stefan, 2010, p. 234).

Por fim, é válido destacar que apesar das cláusulas ferrenhas, o reino da Núbia permaneceu cristão durante os cinco séculos de predominância do tratado. Pesquisadores africanistas acreditam que cinco séculos fora o tempo aproximado de duração, tendo em vista a sucessão de poderes no trono núbio e crises no governo egípcio. Contudo esse número ainda precisa ser melhor avaliado (EL FASI, 2010).

## 2. O ensino da escravidão africana no Brasil a partir da PCN e BNCC para o primeiro ano do ensino médio

A partir a implementação do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) do ensino de História, em específico ao que toca o Ensino Médio, em 1996 as aulas passam a visar a conciliação da formação cidadã com o domínio de conhecimento históricos básicos.

Com o advento das tecnologias, as metodologias de História e Imagem são facilitadoras para o professor trabalhar o seu conteúdo em sala de aula. Elas aproximam de forma mais efetiva uma geração de estudantes, que está a cada dia mais adaptada ao uso de aparelhos tecnológicos para a busca de informação, do debate científico

Assim, em consonância com o marco legal apresentado pela Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 e pela Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008<sup>5</sup> que garantem o ensino de África dentro da sala de aula, bem como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme quadro 01, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)<sup>6</sup>, conforme quadro 02, que visam estabelecer as diretrizes e os conteúdos a serem abordados em sala de aula pretende-se utilizar essa base legal para a aplicação do tema proposto.

Quadro 01 – Competências e Habilidades para o ensino da África segundo a BNCC

Base Nacional Comum Curricular – BNCC	
COMPETÊNCIAS	HABILIDADES

<sup>5</sup>Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008 - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: [http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-11645-de-10-marco-de-2008-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no%209.394,Afro-Brasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D](http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-11645-de-10-marco-de-2008-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no%209.394,Afro-Brasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D.). e em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)

<sup>6</sup> BNCC: Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). *Ciências Humanas e suas Tecnologias* (PCN+). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>

<p><u>COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1:</u></p> <p>Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.</p>	<p><u>(EM13CHS101)</u> Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p><u>(EM13CHS103)</u> Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).</p> <p><u>(EM13CHS104)</u> Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</p> <p><u>(EM13CHS106)</u> Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da BNCC, 2018.

Quadro 02 – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

<b>COMPETÊNCIAS</b>	<b>HABILIDADES</b>
<p>Representação e comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção.</li> <li>• Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos, a partir das categorias e procedimentos próprios do discurso historiográfico.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da BNCC, 2018.

Para tanto, com base nas competências citadas acima a metodologia de história e imagem que o presente artigo traz segue os parâmetros propostos pela

BNCC e pelos PCN. Por fim, esse artigo tem importância não só por estar em concordância com os marcos legais, mas por lançar luz sobre o passado das nossas matrizes africanas.

## 2.2 O ensino da História a partir do uso de Imagens

O artigo irá seguir uma tendência de História Cultural, ou Nova História, e usar uma análise construída no conceito de História e Imagem. Para os *Annales* conforme expõe Biersack (1992) a História Cultural se trata de uma nova abordagem de se trabalhar a cultura, como a junção de inúmeros significados compartilhados pelos homens para entender o mundo a sua volta. Para Pesavento (2013) o entendimento de cultura dos *Annales* diverge da teoria marxista de compreender a cultura como elemento de superestrutura ou um instrumento de dominação das elites.

Com a ascensão dos *Annales*, o conceito de documento se expandiu, permitindo novos horizontes para a fonte histórica. Além disso, o próprio entendimento de fonte histórica se mudou com os *Annales*, pois o que antes era só aceito o documento escrito oficial, na atualidade o historiador pode se valer de muitos fatores para fazer a sua pesquisa. Conforme expõe Cardoso e Mauad (1997)

De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador. (CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria, 1997, p. 308).

Já o conceito de História e Imagem, introduzido primeiramente por Burke (2005) em *Testemunha Ocular* entende o uso de imagens, seja pinturas, mapas, xilografuras, gráficos como evidência histórica.

Para Burke (2005) a análise de imagens se faz necessária pois se trata de valiosas fontes que retratam sociedades passadas. O uso de imagem como legitimidade para exercer o poder explica como lideranças se valiam de imagens para retratarem o seu mandato ou a sua causa como fidedigna. Todavia, a imagem também foi usada como fator principal para que houvesse movimentos iconoclastas, o que faz com que essas obras tenham destacada importância para Burke.

Segundo Bittencourt (2005) a metodologia da iconografia se trata do registro da imagem e a representação através da imagem. Ao ser usada como fonte possibilita a compreensão de fatores históricos. Para Bittencourt a iconografia é atualmente percebida como um registro histórico, e dialogando com Burke ela compreende a iconografia como uma das fontes históricas mais ricas para se trabalhar, pois é com ela que é possível ter todos os dados explícitos da imagem. Apesar do artigo não usar uma abordagem marxista vale ressaltar que, para Adorno e Horkheimer (1985), a análise de imagens incute na percepção de qual ideologia está por trás da obra e o seu uso massificado para a doutrinação de populares.

No âmbito do magistério há uma grande discussão quanto ao uso da imagem como metodologia. No Brasil, conforme salienta Schmidt e Cainelli (2004), desde

1931 com os trabalhos de Serrano e em 1941 com a obra de Venâncio Filho já existia a defesa da importância da imagem e o seu uso no ensino em geral.

Além disso vale ressaltar que dentro de sala de aula o conteúdo abordado pode ser absorvido pelo aluno de diferentes maneiras, ou seja, o aluno visual é aquele que consegue aprender através do uso de imagens; o aluno auditivo é aquele que consegue assimilar através da fala do professor; e há até mesmo quem entende a matéria quando o professor mantém contato físico com o mesmo. Partindo de um pressuposto de que as novas gerações aprendem desde cedo a terem contato visual com objetos a sua volta, tais como livros didáticos para colorir, televisores, celulares e demais aparelhos eletrônicos, cabe ao professor usar desses meios para ser o mediador entre a matéria e o estudante.

Contudo, com os poucos autores que se debruçam sobre o uso de História e Imagem como uso didático ainda há uma lacuna muito grande a ser preenchida. Para Bittencourt (2005), o Brasil tem muitas pesquisas sobre o uso de imagens, entretanto ainda faltam referências de historiadores que fazem uso dessa metodologia didática, bem como pesquisadores que estudam as “imagens tecnológicas.

Deve se levar em consideração também, que o documento não é isento de sentimento religioso, ou seja, cada obra foi feita imersa em uma cosmovisão própria para a sua época. Assim, não basta apenas trazer a imagem sem fomentar os estudantes a desenvolverem o seu pensamento crítico a despeito do que está sendo aprendido. É nessa perspectiva que Litz (2008) expõe sobre a importância da desenvoltura da crítica com o uso de imagens.

O trabalho com imagens deve possibilitar discussões sobre as condições de produção daquela imagem, ou seja, o contexto social, temporal e espacial em que foi produzida. Assim podem-se perceber seus significados, tanto para a época e sociedade em que foi produzida como para outras sociedades, em outros períodos e contextos históricos. (LITZ, 2009, p.16).

Para que o estímulo ao pensamento crítico seja estipulado por parte do professor, o mesmo deve estar resarcido de conhecimentos científicos acerca do tema. Por isso é necessário que o professor procure sempre se atualizar sobre o conteúdo abordado, para que também ocorra uma melhor mediação de seu saber, com os saberes do estudante e o conteúdo em questão.

### *2.3 Apresentando a proposta de Desenvolvimento didático pedagógica*

Visando uma atividade transversal que possa abarcar toda a escola, como proposta pedagógica será de grande relevância usar as imagens aqui expostas para uma possível Mostra Cultural da História a ser realizada no dia 13 de Maio, data em que se comemora o feriado nacional da abolição da escravatura. A fim de que o educador possa expandir com todas as turmas do 1º ano do Ensino Médio os conceitos de escravidão, bem como os diferentes tipos de relações comerciais de escravos. A seguinte proposta tem como objetivo resarcir de projetos pedagógicos o professor de história que ainda carece de projetos didáticos voltados exclusivamente para a sua disciplina

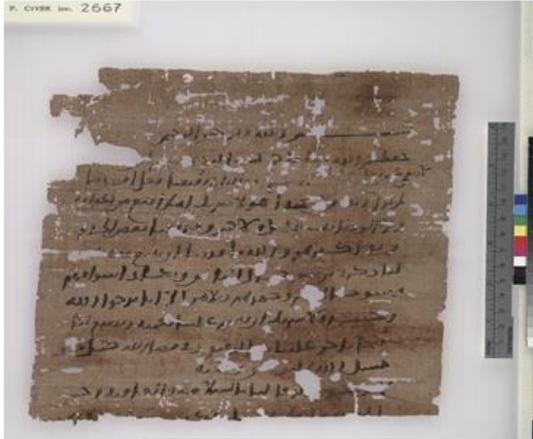


Imagem 1



Imagem 2

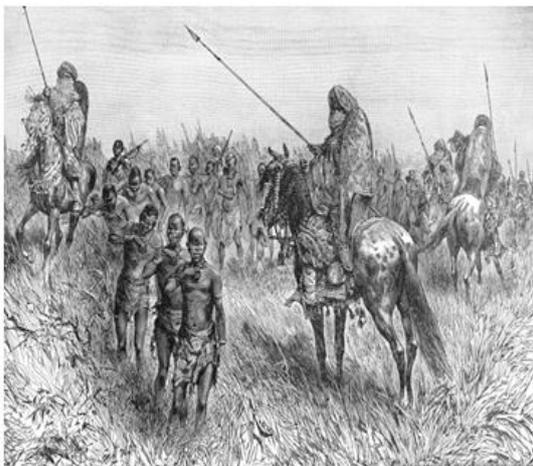


Imagem 3

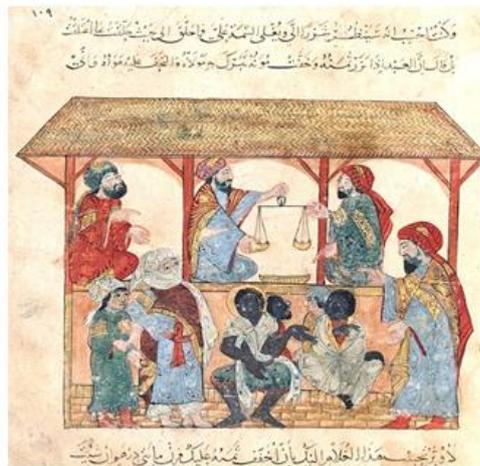


Imagem 4

### Papiro sobre comércio de escravos núbios (PRIMEIRA IMAGEM):<sup>7</sup>

Texto traduzido:<sup>8</sup>

“Em nome de Deus, o Misericordioso, o Compassivo. Que Deus te preserve e lhe conceda saúde. Eu escrevi para você [...] quatorze dias em Dhū al-Ḥijja / enquanto nós [...]. E (quanto a) todas as nossas mulas e escravos, elas estão na melhor condição, para a qual Deus, que não tem associado, é continuamente elogiado. Não vendi nem poucas, nem muitas das escravas e servos. Nós vendemos alguns dos eunucos, mas a maioria deles permanece (conosco). Por Deus, não conseguimos

<sup>7</sup> Imagem disponível em: P.Cam. inv. Mich.Pap.Q.6, copyright of Cambridge University  
Citation: Journal of the Economic and Social History of the Orient 63, 5-6 (2020)  
Volume 63 (2020): Issue 5-6 (Nov 2020)

<sup>8</sup> Texto traduzido para o português com base na tradução do árabe para o inglês feita por [Bruning](#) (2020)

vender nada do que mencionamos devido à má condição do povo (aqui), à estagnação de seus mercados, e ao seu estado miserável, à sua angústia e aos seus julgamentos. No entanto, suplicamos a Deus sozinho, <Quem não tem> parceiro, que Ele nos complete sua recompensa e nos conceda uma boa recompensa no que Ele ordena para a venda dos escravos — as decisões de Deus contêm apenas coisas boas. Pedimos a Deus succ[e]ss através de Seu me[r]cy. Não [ce]ase [para] orar por nossa saúde, bem-estar e bom [...] ... [...] isso [<sup>9</sup>”.

É possível se extrair do texto que ele se trata de um diálogo entre dois árabes comerciantes, não sendo possível distinguir o gênero do remetente, sobre a baixa venda de escravos e servos devido à má condição financeira em que os seus clientes se encontravam. É curioso notar primeiramente que o autor se refere a escravas e servos (lê-se domésticos), isso se dá pelo fato de que as mulheres representavam a escolha majoritária pelos mercadores muçulmanos para serem escravizadas e vendidas comercialmente dentro da África e para o Oriente Médio. O segundo ponto de relevância é o fato da menção aos eunucos, pois como dito anteriormente, muitos dos escravos do sexo masculino eram submetidos a práticas de castração para que não pudessem se reproduzir nos locais onde fossem levados. Por fim, pelo fato do local da carta ser o Egito, leva a crer que se trata de um comércio de escravos pós tratado *bakt* em um momento em que o território egípcio se encontrava em declínio econômico

#### **Papíro sobre comércio de escravos núbios(SEGUNDA IMAGEM): <sup>10</sup>**

**Tradução:** “Em nome de Deus, o Misericordioso, o Compassivo. [Isso é o que Maomé b]. *Khālid* comprou de *Ash’ath b. Muhammad*. [Ele comprou dele uma escrava Nubia chamada *Shu’la*. O preço sendo cinco [e... dina] rs e meio (um dinar) e dois quilates na moeda corrente [e uma taxa de corretagem de...] dinar. *Ash’ath b. Muammad* pegou os dinars; *Muhammad b. Khālid* recebeu e levou a escrava. Ela entrou em sua posse e se tornou parte de sua propriedade e espólio com a condição de que (ou seja, a nova propriedade) não fosse insana, [não cega noturna] não fosse objeto de reivindicação legal de alguém, não tivesse vícios no genitais, não é ... [...], não tem mau hálito, [não] está grávida, não fugiu, não é livre, não está [...], e não tem brancura onde quer que esteja. Ele foi absolvido (da responsabilidade por) os sc [a] rs que estão perto de sua orelha e em sua barriga. Isso (sendo) dez dias depois do início do Rabī’ II do ano [...].

É possível abarcar da linguagem presente na imagem que pode se tratar de um comunicado partindo de alguma autoridade muçulmana pós século VII, onde o

---

<sup>9</sup> Tradução para o português feita a partir da tradução em inglês realizada por BRUNING, Jelle. *Slave Trade Dynamics in Abbasid Egypt: The Papyrological Evidence*. Disponível em: <[https://brill.com/view/journals/jesh/63/5-6/article-p682\\_2.xml](https://brill.com/view/journals/jesh/63/5-6/article-p682_2.xml)>

<sup>10</sup> Referência: PLATE VII in P.Cam. inv. Mich.Pap.Q.6, copyright of Cambridge University Citation: *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 63, 5-6 (2020) Volume 63 (2020): Issue 5-6 (Nov 2020)

autor relata que um homem de nome Khālid comprou de um comerciante de escravos uma escrava núbia para ser parte de sua propriedade seu espólio, ou seja, que ela estivesse presente em seu inventário após a sua morte. Além disso, a carta relata algumas exigências que o senhor muçulmano pediu na hora da compra de sua escrava, que ela não fosse insana, não voltando se contra seu senhor, não tivesse um dono anterior que a queira reivindicar, não tivesse vícios genitais (pode ser entender que se refere ao hábito de coçar as regiões íntimas), não tenha mau hálito, não esteja grávida, não queira fugir e tampouco seja livre. Tal documento nos abre um leque de muitos questionamentos a respeito da forma de tratamento de escravizados na posse de muçulmanos.

- **TRÁFICO DE ESCRAVOS ATRAVÉS DA ROTA TRANSAARIANA (TERCEIRA IMAGEM):**<sup>11</sup>

A terceira imagem nos mostra um grupo de cativos africanos sendo conduzido por batedores árabes através do deserto do Saara. Com ela é possível traçar um panorama sobre como foram feitos o transporte de escravizados árabes, onde se valeu não só o transporte marítimo mas também o transporte terrestre através da rota Transaariana.

- **MERCADO DE ESCRAVOS AFRICANOS NO IEMEN DO SÉC.XIII (QUARTA IMAGEM):**

A última imagem se trata de uma pintura onde se representa o comércio árabe de escravos africanos no Iemen no século XIII. Nela é possível se ver na parte superior, três homens negociando o pagamento de escravos através do peso das moedas. E na parte inferior mais três árabes escolhendo o escravo comprado no meio de um grupo de cativos. Pode se extrair da imagem que os muçulmanos não foram retratados segundo o imaginário comum, ou seja, pode ser visto homens brancos como árabes, diferente das atuais representações pardas.

### **3. Proposta Didática**

A partir das imagens anteriormente explanadas, será realizada uma exposição de imagens sobre as diferentes formas de escravidão na África, com o intuito de criar uma Feira de História sobre a cultura africana, com ênfase nos alunos do 1º ano do Ensino Médio.

#### *3.1 Metodologia*

Os estudantes do 1º ano do Ensino Médio irão fazer instalações para expor através de imagens e cenários o que aprenderam sobre o tema. O público que

---

<sup>11</sup> MUSLIM SLAVE TRADERS. Muslim slave traders forcemarching a slave gang in central Africa. Line engraving, 19th century. Disponível em: <  
<https://www.grangeracademic.com/results.asp?image=0012793&itemw=4&itemf=0002&itemstep=1&itemx=7>

assistirá à exposição dos estudantes poderá interagir com o material desenvolvido e ouvir uma pequena apresentação da turma, que retomam as tradições culturais dos povos africanos medievais. A atividade é transversal, de modo que consegue abarcar outras disciplinas, possibilitando que os demais professores participem da exposição e que diversas habilidades e competências sejam trabalhadas.

### 3.2 Materiais utilizados

Imagens impressas;

Tachinhas;

Papel E.V.A;

Durex;

Pincel;

Tesouras;

TNT;

Materiais Recicláveis.

### 3.3 Avaliação

A avaliação será baseada em uma análise qualitativa. Além disso, os estudantes passarão por uma supervisão do professor e também por uma autoavaliação, onde mostrarão as suas considerações sobre a sua própria participação no projeto.

## 4 Considerações Finais

Com o intuito de analisar de que forma o comércio de escravos negros africanos se deu a partir do tratado de paz *Bakt*, foi possível observar que, diferente do que o senso comum está habituado a crer, os povos árabes tiveram importante protagonismo nas estruturas escravagistas que surgiram na África, onde se realizou um comércio tão grande quanto o europeu. Não há ainda uma estimativa precisa sobre o número de escravizados que foram vendidos, mas dados apontam por volta de mais de 17 milhões que cruzaram a rota transaariana entre os séculos VII e XX, nos dando um norte da magnitude desse negócio e validando a hipótese do comércio árabe ter influenciado o europeu durante o século XVI.

Com o respaldo da metodologia de História e Imagem, reitera-se mais uma vez a importância de se entender o conceito de escravidão e como essa relação entre indivíduos fora tratada entre os diferentes povos, para que pudesse ser apresentado a história do comércio de escravos negros africanos em Núbia no já citado período. Se amparando nas Competências e Habilidades para o ensino da África segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO (PCNEM), é viável

apresentar a temática em Mostras Culturais de História para o dia da Abolição da Escravatura com as turmas do 1º ano do Ensino Médio.

Estando em consonância com Neves (1985) “o Ensino de História deve, pois, tornar os alunos pessoas capazes de discernir de forma consciente o conhecimento”, o trabalho aqui apresentado tem a sua devida importância ao salientar nos alunos do 1º ano do Ensino Médio o pensamento crítico sobre os estudos sobre escravidão na África.

Por fim, a partir dos dados apresentados anteriormente foi possível ver que os assuntos referentes ao comércio de escravos por árabes-muçulmanos são muitos e carecem de novas fontes de pesquisa, bem como novas abordagens. Sendo assim, o presente artigo se insere nessa discussão somando com as demais teses sobre a temática ele abre uma nova trilha de diálogos acerca da escravidão na África. Além disso, o trabalho aqui apresentado se destaca por construir uma proposta pedagógica para uma exposição interdisciplinar sobre a escravidão de povos africanos.

## Referências

AZUMAH, John Alembillah in GREEN, Samuel. **The Legacy of Arab-Islam in Africa - Author Interview**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=EjsLmv1N7i4>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. São Paulo: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.).

**Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Disponível em:

[http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia\\_Fontes/capitulos-livros/Historia-e-modelos.pdf](http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Historia-e-modelos.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

NICOLIT, Américo Júnio Nicolau. Dos conceitos de escravidão: um olhar sobre um novo modelo de escravidão no mundo contemporâneo e sua aceitação no campo Historiográfico. **Transformar**, n. 7, p. 102-118, 2015. Disponível em:

<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/33>. Acesso em: 02 jun. 2021.

COSTA, Ricardo da. A expansão árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI). *In*: NISHIKAWA, Taise Ferreira da Conceição. **História Medieval: História II**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009, p. 34-53. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/artigo/expansao-arabe-na-africa-e-os-imperios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvi>. Acesso em: 02 jun. 2021.

EL FASI, Mohammed. **História geral da África III: África do século VII ao XI.** Brasília : UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000320.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

EL HAMEL, Chouki. **Raça, escravidão e islã no Marrocos:** a questão dos haratin. Afro-Ásia, n. 31, p. 9-37, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21070>. Acesso em: 02 jun 2021.

JAKOBIELSKI, Stefan, **A Núbia cristã no apogeu de sua civilização**, cap. 8, p. 234 in EL FASI, Mohammed. **História geral da África III: África do século VII ao XI.** Brasília : UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000320.pdf> Acesso em: 02 jun. 2021.

LOVEJOY, Paul E. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p.11-44, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/NhX3zHhNSyScNGNjMT3kbtv/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, 2018. p. 574-581. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio. Brasília, 2018. p. 34-35. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MEREDITH, Martin. **O destino da África:** cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. São Paulo: Zahar, 2017.

N'DIAYE, Tidiane. **O Genocídio ocultado:** investigação histórica sobre o tráfico negro árabo-muçulmano. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** São Paulo: Autêntica, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 02 jun. 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.